

issn: 1808-799X

ano 7 - número 8 - 2009

*O fato, portanto, é o seguinte: indivíduos determinados (em determinadas relações de produção), que como produtores atuam também de um modo determinado, estabelecem entre si relações sociais e políticas, determinadas. É preciso que, em cada caso particular, a observação empírica (que se atém simplesmente aos fatos reais) coloque necessariamente em relevo — empiricamente e sem qualquer especulação ou mistificação — a conexão entre estrutura social e política e a produção<sup>1</sup>.*

## **A FÁBRICA E A EDUCAÇÃO: A VISÃO DE EDUCAÇÃO DO SETOR INDUSTRIAL, NA GRANDE IMPRENSA, NO SEGUNDO GOVERNO FHC E NO PRIMEIRO GOVERNO LULA.**

Mário Luiz de Souza - [maraois@uol.com.br](mailto:maraois@uol.com.br)

### **INTRODUÇÃO**

Este artigo traz os dados e as reflexões preliminares de uma pesquisa, que está sendo desenvolvida para nossa defesa de tese no curso de doutorado na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, referentes ao projeto de educação escolar presente nos artigos dos representantes do empresariado industrial<sup>2</sup>, publicados no jornal *Folha de São Paulo* no período do segundo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) e do primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006).

---

<sup>1</sup> MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. 10 ed. São Paulo: HUCITEC, 1996, p.35.

<sup>2</sup> Denominamos por artigos dos representantes do setor empresarial aos textos escritos por empresários, funcionários de empresas ou membros de entidades representativas do setor empresarial que possuem uma coluna periódica nesse jornal ou são convidados pela direção da *Folha* a expressar suas opiniões através de seus escritos. Dessa forma, excluímos os artigos de empresários, empresas e entidades patronais que foram publicados em espaços comprados com o objetivo de promover uma propaganda ou de prestar esclarecimento sobre um fato de interesse específico a população, como também de colunistas da *Folha* que mesmo tendo uma identidade com o setor empresarial, não são empresários e muito menos pertencem a uma instituição ligada ao empresariado.

Esse texto está dividido em três seções. Na primeira seção, o leitor encontrará o relato referente aos principais aspectos metodológicos que utilizamos na análise das fontes da pesquisa que serve de base para esse artigo. Na segunda seção, é apresentado de forma resumida o projeto societário defendido pelos representantes do setor industrial, demonstrando a concepção de mundo e os interesses específicos dessas frações de classe do empresariado brasileira, tendo por objetivo propiciar a ampliação do conhecimento acerca do projeto onde a educação está inserida. Na terceira seção, por fim o leitor encontrará uma exposição da inserção da temática educacional no discurso dos representantes do setor industrial contida nos artigos pesquisados na *Folha*, destacando a presença desse tema em relação a outras temáticas dominantes na agenda de prioridades desse setor, como também a importância, a lógica e o modelo de educação<sup>3</sup> defendido por cada setor do empresariado.

## **ALGUNS ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS.**

Frigotto(1996) sustenta que no tratamento com a educação, deve-se ter sempre um olhar ampliado nas relações societárias construtoras deste processo, estando atento às relações de classe que constituem e caracterizam os embates sobre a formulação das questões educacionais presentes na sociedade:

A educação, quando apreendida no plano das determinações e relações sociais e, portanto, ela mesma constituída e constituinte destas relações, apresenta-se historicamente como um campo da disputa hegemônica. Esta disputa dá-se na perspectiva de articular as concepções, a organização dos processos e dos conteúdos educativos na escola e, mais amplamente, nas diferentes esferas da vida social, aos interesses de classe. (FRIGOTTO, 1996, p:65)

Tendo esse princípio como um dos suportes teóricos para o estudo dos artigos dos representantes do setor industrial contendo uma abordagem referente à educação, seja como temática central ou como elemento subordinado a temática dominante, usamos três procedimentos metodológicos. Primeiro, incorporamos ao

---

<sup>3</sup> Nesse artigo, a expressão educação, na maioria dos casos, se refere a educação escolar.

campo de estudo todos os artigos publicados no jornal pelos representantes do setor industrial, independente desses trabalharem, ou não, com a questão educacional, perfazendo um total de 196 textos<sup>4</sup>. Depois, após uma primeira análise, entre esses 196 textos selecionamos e trabalhamos aqueles cuja temática se enquadrava em três categorias<sup>5</sup> que forneceriam uma melhor condição para se verificar o projeto societário do setor industrial publicizado nas folhas da *Folha*, constituindo um conjunto de 149 artigos, sendo 100 na categoria crescimento econômico, 40 na categoria problemas sociais e 9 na categoria emprego. E por fim, sobre os 149 artigos citados estabeleceu-se uma análise sobre os textos onde a educação aparece como a discussão maior do texto ou de forma subordinada ao tema central, compondo o conjunto de 89 textos que formaram o quadro de fontes principais.

Esses procedimentos metodológicos têm fornecido condições para aprimorar a construção do conhecimento referente ao projeto educacional difundido pelo setor industrial, num dos principais jornais do país. Por exemplo, a análise permite uma quantificação mais específica da presença da discussão educacional no conjunto dos artigos publicados pelos representantes dessa fração do empresariado brasileiro, através dos espaços dedicados a esse tema frente a outras temáticas igualmente destacadas como fatores essenciais para o desenvolvimento da nação e das empresas, presente no discurso desses representantes. Porém, somado a isso, uma das principais contribuições que o cruzamento desses três procedimentos trazem para a construção do conhecimento sobre o pensamento industrial referente

---

<sup>4</sup> Os dados da pesquisa são colocados como preliminares, porque falta incorporar no universo de análise os artigos de Antônio Ermírio de Moraes e de Benjamin Steinbruch.

<sup>5</sup> Crescimento econômico, artigos cuja temática central versam sobre o desenvolvimento do país, com ênfase nas políticas públicas, visando a elevação das taxas de crescimento econômico ou as condições para que as empresas possam ter um aumento de sua produtividade e de seus negócios. Problemas sociais, composto pelos artigos que abordam as mazelas sociais que historicamente estão presentes na sociedade brasileira, como concentração de renda, pobreza, miséria, violência, analfabetismo. Emprego, textos onde se encontram observações a respeito da geração de vagas no mercado de trabalho, o combate ao desemprego e as condições para os trabalhadores disputarem os postos de trabalho oferecidos.

à educação, é sobretudo a mediação com o projeto societário e as especificidades dos interesses dessa fração de classe do empresarial brasileira, presente na totalidade dos artigos publicados na *Folha*.

Essa opção metodológica não pode ser lida com o intuito de restringirmos a compreensão do projeto societário do setor industrial aos dados e análises obtidos no estudo desses artigos publicados nos jornais. Refutando tal idéia, cabe esclarecer que para se ter uma maior compreensão desse projeto se faz necessário o uso de outras fontes, oriundas do próprio setor industrial e de especialistas que estudam esse processo, para consubstanciar uma maior apreensão da lógica, do modelo e dos interesses presentes nesse projeto. No entanto, buscando sanar algumas dúvidas que possam surgir em função dessa opção metodológica e sua relevância para o enriquecimento desse estudo, cabe destacar que como a atual pesquisa tem como uns dos pressupostos teóricos e metodológicos a categoria hegemonia, no seu sentido gramsciano<sup>6</sup> e o princípio de que o período histórico coberto nesse trabalho, está inserido numa conjuntura marcada pela constituição de um novo bloco histórico<sup>7</sup>, cremos que os artigos dos representantes do setor

---

<sup>6</sup> Ou seja: “consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população a orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce ‘historicamente’ do prestígio (e portanto da confiança) que o grupo dominante obtém por causa de sua posição e função no mundo da produção” (GRAMSCI, 1991, p.11). Em outras palavras, no caso da hegemonia burguesa, conjunto de idéias, valores e crenças, criados pelos intelectuais orgânicos da burguesia, que ao serem divulgados e defendidos na sociedade, pelos aparelhos privados de hegemonia ligados aos grupos dominantes, procurariam difundir como fundamental para toda a sociedade uma visão de mundo que, na verdade, estaria de acordo com os interesses particulares da burguesia, buscando criar um consenso ativo das classes dominadas frente a estas propostas. Cabe ressaltar, fato de extrema importância nessa pesquisa, que a busca da hegemonia não se dá apenas dos setores dominantes para os dominados, esse processo também se dá entre os membros das classes dominantes, com também entre os membros de uma fração de classe.

<sup>7</sup> Esse novo bloco histórico é caracterizado pela relação orgânica das modificações estruturais que ocorrem no campo da produção, a partir do transcorrer dos anos de 1980 - desenvolvimento das forças produtivas baseado na informática e na microeletrônica, reestruturação produtiva nas empresas, novas formas de trabalho, flexibilização ou perda de direitos trabalhistas, globalização dos mercados, predomínio do capital financeiro e nova divisão de trabalho no sistema capitalista mundial -, com a hegemonia dos aspectos subjetivos que dão o suporte ideológico a esses processos como o pensamento pós-moderno e a ideologia neoliberal. Essa formulação parte do conceito de bloco histórico formulado por Gramsci que se define pela relação orgânica entre a estrutura e superestrutura, sendo esta última “o reflexo do conjunto das relações sociais de produção”, na qual “as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma — sendo que esta distinção entre forma e conteúdo é puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente

industrial não podem ser situados como simples reflexões referentes ao cotidiano nacional. Pelo contrário, esse trabalho parte da hipótese de que os artigos dos representantes do setor industrial, são veículos onde esses exercem uma ação política, buscando obter um consenso favorável às demandas, propostas e idéias do setor que representam, tentando torná-las uma vontade coletiva, nos mais diferentes setores da sociedade brasileira<sup>8</sup>.

Dessa forma, completando esse quadro de justificativas, o trabalho com a totalidade dos artigos dos representantes do empresariado industrial favorece a construção de uma visão mais dinâmica e substancial do projeto societário defendido por essa fração do empresariado, uma vez que fornece uma leitura da visão de mundo expressa por esses representantes, formando um conjunto de fontes onde se pode obter elementos relevantes acerca desse projeto, em função da conjugação de três eixos. Primeiro, por ser fruto do pensamento de representantes do empresariado industrial<sup>9</sup>, favorece a identificação das principais propostas desse projeto societário, através das convergências no tocante as concepções presentes no projeto econômico e nos marcos ético-político que buscam legitimar como fatores norteadores da sociedade. Segundo, como nenhuma classe social se constituiu num bloco monolítico, onde objetivos e desejos ocorrem de forma homogênea, o estudo

---

concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais”: (GRAMSCI, 1995, p: 52 e 63).

<sup>8</sup> É importante destacar que os artigos foram publicados nas colunas Tendências e Debates, no Caderno Brasil, e na coluna Opinião Econômica, no Caderno Dinheiro, que são espaços de destaques no corpo do jornal, uma vez que os autores são indivíduos que a direção do jornal julga ter as qualificações apropriadas para debater o tema abordado, por ter um grau de conhecimento adequado e um determinado papel social que lhe confere a autoridade social para explanar sobre a matéria discutida. Em outras palavras, são espaços privilegiados para tentativa de obtenção de consenso, já que o autor do artigo poderá difundir idéias e propostas, para expor sua visão de mundo ao seletor público leitor da *Folha* composto, entre outros, por jornalistas, professores, membros de governo, parlamentares, assessores de políticos, empresários e membros dos mais variados aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil.

<sup>9</sup> O período onde os textos foram publicados se insere numa conjuntura marcada pela constituição de um novo bloco histórico no Brasil, que ao se materializar através dos fatores estruturais e superestruturais citados na nota de rodapé nº. 9, busca estabelecer um Estado e uma nova sociabilidade que permita ao empresariado brasileira obter um novo padrão de acumulação capitalista e conter o avanço que as classes subalternas e a classe trabalhadora, vinham tendo desde o final do regime militar, com relação aos direitos sociais, as obrigações sociais do Estado e de acesso ao fundo público, cuja Constituição de 1988 tornou-se um marco desse processo. Ver: OLIVEIRA (1999).

das aspirações e dos interesses particulares presentes nos artigos dos representantes dessa fração da classe dominante brasileira, permite a ampliação do campo analítico ao possibilitar uma maior reflexão da articulação de suas propostas gerais com suas demandas específicas; da relação entre a ideologia dominante e seus interesses corporativos; e das disputas de projetos entre os membros do empresariado na liderança do projeto hegemônico e na formulação da agenda das políticas públicas<sup>10</sup>. Terceiro, e envolvendo os dois eixos anteriores, permite as condições concretas para se verificar não apenas os temas que os representantes do empresariado industrial pautam como importantes, mas sobretudo aqueles que elegem como prioritários no movimento consciente de busca de obtenção de consenso no tecido social, tentando legitimá-los junto aos membros do governo, da sociedade política e da sociedade civil<sup>11</sup>. Enfim, dialogando com as convergências, particularidades e divergências contidas na totalidade dos artigos dos representantes do setor industrial, têm-se as condições para construção um trabalho empírico mais rigoroso com respeito ao projeto societário desse setor do empresariado brasileiro e a inserção da educação nesse processo, tanto no campo de seus pressupostos ideológicos e suas determinações, como no campo de suas complexidades e contradições.

Nesse processo, ampliam-se as condições concretas para uma maior dinâmica do trabalho com o objeto de pesquisa, com seu estudo ocorrendo no âmbito da sua mediação com a dinâmica social que o produz. Portanto, como fruto

---

<sup>10</sup> Além do projeto societário citado na nota de rodapé anterior, também estamos partindo do princípio que a conjuntura é marcada por um movimento complexo e contraditória entre os próprios membros da burguesia brasileira, visto que as políticas neoliberais postas em prática, principalmente no que se refere a abertura indiscriminada do mercado brasileiro e de alguns aspectos da política de estabilização da economia gerou sérios problemas para setores do empresariado, como determinados ramos do setor de comércio e, notadamente, em diversos ramos do setor industrial. Baseamos esta nossa posição a partir dos estudos de: BOITO JR (1999), DINIZ (2000), FIORI (1988), OLIVEIRA (1997) (1999), PAULANI (2008).

<sup>11</sup> Utilizando o conceito de Gramsci, a sociedade civil seria formada pelos “organismos chamados de privados”, como sindicatos, ONGS, órgãos representativos de classes e associações, onde se exerce uma ação política consciente buscando determinados fins; enquanto a sociedade política seria o “Estado em sentido restrito”, formado pelo aparelho burocrático, jurídico e policial-militar do Estado. Ver: GRAMSCI, 1991, p:10 e 11.

da ação política de sujeitos coletivos que, partindo da concepção de mundo de sua classe e das particularidades emergentes das demandas específicas das suas frações de classe, buscam responder as necessidades históricas que se defrontam, ou seja, como resultado de um amplo processo social.

Nesse trabalho, realizado até o momento, com o jornal *Folha de São Paulo*, a opção pela utilização da totalidade dos artigos publicados pelo setor empresarial, tem se mostrado um procedimento metodológico bastante frutífero, em função dos dados e análises que estamos obtendo e dos caminhos que estão sendo apontados pela pesquisa, fornecendo uma maior dinâmica sobre o objeto de pesquisa, no âmbito dos pressupostos citados anteriormente. Por exemplo, há no conjunto dos 196 artigos trabalhados, a presença de elementos empíricos apontando um movimento de classe, na busca da construção de um consenso ativo às propostas defendidas pelo setor industrial, na análise da conjuntura nacional e na defesa da manutenção ou implantação de determinadas políticas públicas, que fornece uma maior consistência para o entendimento das propostas educacionais defendidas por esse setor. No momento, entretanto, antes da abordagem dessas propostas, convém realçar o quanto os artigos selecionados compõem um conjunto de fontes que expressam o pensamento e a ação política de importantes setores do empresariado industrial brasileiro.

Prendendo-se a questão dos autores dos artigos, há na autoria de grande parte dos textos selecionados a presença de renomados empresários industriais<sup>12</sup>, cujo papel que ocupam no mundo da produção e dos negócios já seria um forte indicativo do quanto as análises, opiniões e observações presentes nos textos, são expressões de um pensamento oriundo das concepções de mundo de sua classe. Como, aliais, comprova essa declaração de Jorge Gerdau Johannpeter em resposta ao convite que recebeu da *Folha* para publicar uma coluna mensal: "Com essa participação mensal, quero contribuir para a construção do desenvolvimento sustentável do Brasil, a partir das minhas vivências. A idéia também é expressar as

---

<sup>12</sup> Ao longo desse artigo o leitor entrará em contato com esses nomes.

angústias dos empresários em relação aos entraves para o crescimento econômico e social do país<sup>13</sup>.

Contudo, o elemento empírico que mais aponta para a identificação de um movimento de classe, e de fração de classe, na busca da construção de um consenso acerca de um projeto societário sob a égide do empresariado industrial, é a expressiva participação de membros dos quadros de movimentos e de instituições ligadas a este setor empresarial, sobretudo de órgãos de representação do setor patronal na autoria dos 196 artigos, como demonstra o quadro abaixo:

#### Quadro I – Divisão de artigos por grupos de representação

Denominações	Número de artigos
Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)	95
Confederação Nacional das Indústrias (CNI)	17
Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan)	4
Ação Empresarial	7
Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO)	6
Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi)	1
Instituto Ayrton Senna	5
Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social	30
Fundação Odebrecht	6
Sociedade Brasileira Pró-inovação Tecnológica Protec	10
<b>Total</b>	<b>172</b>

Responsáveis por 87,75% dos artigos dos representantes do setor industrial, temos entre os autores desses textos membros dos organismos como o Instituto Ethos e do Instituto Ayrton Senna que atuam na sociedade, por um lado, promovendo uma ação pedagógica buscando criar um empresário de novo tipo, baseado na questão da responsabilidade social e da cidadania empresarial, enquanto, por outro lado, desenvolvem projetos educacionais e de inclusão social,

<sup>13</sup> Jorge Gerdau passa a assinar coluna mensal. *Folha de São Paulo*. São Paulo. 28 mai 06. Caderno Dinheiro, p.2



dentro dos pressupostos presentes na lógica educacional e na nova sociabilidade presente no projeto societário do empresariado. Há, também, a presença da Ação Empresarial, movimento composto por federações e confederações, que busca obter o consenso junto a membros do primeiro escalão do governo e de parlamentares, referente a questões pontuais do interesse do empresariado, como as reformas constitucionais. Além do ledi, que foi criado por um grupo de 30 empresários do setor produtivo, em 1989, para fazer frente a abertura comercial promovida pelo governo Collor e tem se notabilizado na defesa da implantação de uma política industrial e na crítica ao discurso centrado na abertura indiscriminada do país ao comércio externo. Esses exemplos, mostram que as fontes selecionadas formam um conjunto de textos representativos do pensamento industrial e da atuação dos representantes desse setor na construção e difusão de um projeto hegemônico.

Contudo, um dos elementos empíricos mais relevantes da representatividade de classe dos textos selecionados, contidos no quadro I, reside na presença substancial de artigos assinados por membros do quadro dirigente da CNI, da Fiesp e da Firjan. Os artigos desse grupo, compondo um conjunto formado por 116 textos, correspondem a 59,18% do total dos 196 artigos, estabelecendo a primazia dessas instituições no debate referente aos temas e discussões presentes nos escritos do setor empresarial. Inclusive, consubstanciando essa posição, cabe destacar que todos os representantes dessas confederações e federações que assinam os artigos utilizados com fontes primárias, ocupam altos cargos no quadro dirigente desses órgãos:

**Quadro II – Número de artigos por membros dos quadros dirigentes da CNI, FIESP E FIRJAN**

<b>- Empresários</b>	<b>Cargo e entidades que representam</b>	<b>Artigos</b>
	presidente da CNI e deputado federal (PTB-	

issn: 1808-799X

ano 7 - número 8 - 2009

Armando Monteiro Neto	PE).	4
Carlos Eduardo M. Ferreira	ex-presidente da Fiesp e ex-deputado federal. Foi presidente da CNI.	13
Mário Amato	presidente emérito da Fiesp, presidente do Conselho de Orientação Política e Social da Fiesp e do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Comércio Exterior. Foi presidente da CNI.	5
Horácio Lafer Piva	presidente do Instituto DNA Brasil e e da Bracelpa (Associação Brasileira de Celulose e Papel). Foi presidente da Fiesp/Ciesp (Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo) de 1998 a 2004	18
Paulo Skaf	presidente da Fiesp, foi eleito em 2004	16
Ruy Martins Altenfelder Silva	diretor geral do Instituto Roberto Simonsen da Fiesp/Ciesp	32
Luiz Gonzaga Bertelli	diretor da Fiesp/Ciesp	9
Boris Tabacof	diretor do Departamento de Economia do Ciesp (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo) e vice-presidente do Conselho de Administração da Suzano Bahia Sul Papel e Celulose. Foi presidente do Conselho Superior de Economia da Fiesp/Ciesp.	12
Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira	Presidente da Firjan .	1
Roberto Nicolsky	Foi membro do Conselho Empresarial de Tecnologia da Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro).	6
<b>Total</b>		<b>116</b>

Fonte – jornal Folha de São Paulo (1999-2006)

A presença dos presidentes e dos membros da diretoria da confederação e das federações, descrito acima, confere a esses textos um papel de destaque na difusão da fala oficial de alguns dos mais importantes e influentes órgãos representativos do empresariado nacional, junto aos leitores da *Folha*, constitui, mais um elemento empírico a corroborar a pertinência da proposição sobre a representatividade de classe imputada aos artigos selecionados. Em outras palavras, não seriam escritos difundindo apenas as observações e o pensamento de

proeminentes homens de negócios, mas acima de tudo a ação consciente e concreta de sujeitos políticos coletivos que atuando através de seus artigos, na busca da construção de um consenso favorável à defesa dos interesses dos grupos que representam, formam uma posição de classe e de fração de classe.

## **O PROJETO SOCIETÁRIO DO SETOR INDUSTRIAL**

A análise realizada sobre a totalidade dos artigos, realizada até o momento, indica que o projeto societário do setor industrial se caracteriza por um discurso determinista, em que o caminho traçado pelos representantes do setor empresarial é difundido como a única alternativa concreta para gerar um crescimento sustentável da economia brasileira e a melhoria da realidade social e econômica do país. Tendo como lógica central o princípio de que o desempenho competitivo das empresas reverte na formação de um sólido capital social, cujos reflexos se tornarão tangíveis através da expansão da oferta de empregos, da modernização do país e da melhoria dos índices sociais, esse projeto societário da burguesia pontua a empresa privada como o principal agente econômico para a concretização do desenvolvimento do país. Com Estado, sob essa lógica, tendo a função de pôr em prática um conjunto de medidas inexoráveis para a conformação de uma realidade econômica favorável ao bom desempenho dos negócios, que em linhas gerais pode ser resumido em dois movimentos sinérgicos: o fim dos constrangimentos econômicos, que criam empecilhos ao bom desempenho do setor privado; e ação do Estado estabelecendo políticas públicas, visando desobstruir gargalos que impedem as empresas privadas de desenvolverem sua produção e seus negócios. Assim, o primeiro movimento teria como foco a resolução das elevadas taxas de juros, uma desburocratização da ação estatal em cima das empresas, uma maior defesa dos interesses do setor produtivo, adoção de uma política industrial e a consecução das reformas apresentadas como estruturais: reforma trabalhista, pregando que a realidade econômica requer um novo paradigma de direito trabalhista, em que as formas de trabalho e os direitos trabalhistas sejam adaptados às condições específicas de cada empresa; reforma tributária, assentada na necessidade de se edificar um sistema tributário que não

seja um estorvo às atividades econômicas; reforma da previdência, diminuindo os gastos do Estado para que esse possa recuperar sua capacidade de investimento no processo econômico e reforma administrativa, criando uma máquina pública que se pautar pela eficiência da gestão privada, tanto no controle dos seus gastos quanto na eficiência do processo de trabalho, tendo como marco a equação custo/benefício. Já no segundo movimento, organicamente ligado ao primeiro, os intelectuais orgânicos do empresariado industrial, principalmente nos artigos publicados no período do governo Lula, requisitam a atuação de um Estado que, além de atuar nas medidas pautadas para extirpar os constrangimentos ao bom desempenho do setor privado, teria a função, de investir parcelas substanciais do fundo público na promoção das melhorias da infra-estrutura do país e nas necessidades técnicas e estruturais das empresas, para que essas possam participar de forma mais competitiva no mercado capitalista.

Portanto, há um movimento do setor industrial na busca da conformação de um novo Estado *conduttiere*<sup>14</sup>, que promova ações, tanto na direção da desobstrução dos diques que represam as atividades econômicas, quanto na aplicação dos recursos públicos nos aspectos vitais para expansão dos seus negócios. Em síntese, um Estado que atue na normatização, regulamentação e incentivo direto das atividades econômicas, como também na edificação de modificações constitucionais que dêem respaldo legal às alterações no mundo do trabalho, nas obrigações tributárias das empresas e nos deveres sociais do Estado, pregados como fatores essenciais para o avanço econômico e social do país.

Outro ponto difundido pelos representantes do setor industrial, reside na formulação de um novo tipo de empresário, centrado na questão da Responsabilidade Social da Empresa e da cidadania empresarial, que reforça a idéia de que as políticas públicas para as questões sociais não precisam ser universais, e sim pontuais, como iremos abordar na parte da educação.

---

<sup>14</sup> Denominação utilizada por Francisco de Oliveira para caracterizar o Estado que a burguesia, a partir das crises dos anos de 1980, busca recuperar tendo como foco que reprimisse esta ascensão dos setores dominados, efetivasse um processo de consenso com relação ao projeto societário burguês e possibilitasse um novo processo de acumulação. Ver :OLIVEIRA, 1999.

Como vemos, longe de se tentar legitimar a apologia do livre mercado, de qualquer tipo de mão-invisível ou de um Estado apartado das questões econômicas, no projeto do empresariado industrial, difundido nos artigos presentes na *Folha de São Paulo*, temos a adaptação da ideologia neoliberal às suas necessidades. Mesmo rechaçando o rótulo de neoliberal, os intelectuais orgânicos dessa fração do empresariado brasileiro abraçam determinadas medidas baseadas nessa ideologia, como no caso das reformas e na maneira de o Estado atuar sobre os problemas sociais, mas sob a égide dos interesses desse grupo. Como Florestan Fernandes sustenta, no capitalismo dependente os países da periferia do mundo capitalista seguem as determinações e orientações oriundas dos centros hegemônicos, mas o fazem adaptando essas propostas às suas necessidades<sup>15</sup>.

Na difusão desse projeto societário, como os elementos empíricos indicam, o empresariado industrial busca pautar a agenda das políticas do Estado para o crescimento econômico sob as teses mais afeitas às suas demandas específicas. Não por acaso, nos artigos do setor industrial, prevalece o discurso buscando reafirmar o histórico papel da indústria como pólo dinâmico da moderna economia do país. Configurando uma disputa com outros setores da economia brasileira, em que o objetivo não se reduz a apenas legitimar-se diante da sociedade civil, da sociedade política e do Estado no seu sentido *stricto senso*, nessa posição de liderança, como se fosse a disputa de um campeonato. Mais do que isso, o objetivo central é imputar ao seu setor um papel preponderante no processo de desenvolvimento do país, revertendo-lhe uma autoridade social que legitima um espaço dominante na pauta da agenda de investimentos, na lógica e no modelo de crescimento econômico e social que será posto em prática pelo Estado. Podendo, assim, ter melhores condições políticas para posicionar seus interesses específicos no escopo das políticas públicas do Estado, como a implementação de uma política industrial, centrada no financiamento e incentivo de uma política voltada para a reestruturação produtiva das empresas, do fomento das inovações tecnológicas e da

---

<sup>15</sup> Ver: FERNANDES (1975), (1976), (2006).

atuação do setor industrial no mercado interno e externo. Além, claro, do papel da educação nesse processo.

## **O SETOR INDUSTRIAL E A EDUCAÇÃO NOS ARTIGOS DA FOLHA DE SÃO PAULO.**

Através da análise realizada sobre os 196 artigos dos representantes do setor industrial, publicados na *Folha de São Paulo* no período de 1999 a 2006, constatou-se que em 89 desses textos há referência ao tema da educação. Sendo que no conjunto desses textos, há a presença da educação em 42 artigos cuja temática central é o crescimento econômico; 40 onde prevalece a discussão dos problemas sociais; e 7 onde a questão central é o emprego. Esses números, comparado com a pesquisa que realizamos no mestrado<sup>16</sup>, no período de 1995 a 1998, comprovam um aumento quantitativo do número de artigos do setor industrial, contendo a temática educacional, passando dos 26 artigos registrados no período do primeiro governo FHC, para 36 artigos em seu segundo mandato e 47 artigos na primeira gestão do governo Lula. Portanto, esse dado quantitativo demonstra que a temática educacional vem tendo uma presença marcante no discurso do empresariado industrial, nos últimos 12 anos marcados pela hegemonia neoliberal.

Todavia, a análise desses artigos indica que há uma diferença substancial no tocante ao conteúdo da abordagem educacional nos textos publicados no período do primeiro governo FHC, em comparação com os impressos no segundo governo FHC e no primeiro governo Lula, como indica o quadro abaixo:

**Quadro III – Artigos em que aparece o tema educação, por período de governo e por categoria**

<b>Categoria</b>	<b>Artigos no primeiro Governo FHC</b>	<b>Artigos no segundo Governo FHC</b>	<b>Artigos no Governo Lula</b>
Crescimento	17	17	25

<sup>16</sup> SOUZA, Mário Luiz. “*Imprensa e Hegemonia: como a Folha de São de Paulo trabalhou a reforma educacional do primeiro governo FHC*”. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, ano 2002; orientada pela Prof. Dr. Lúcia Maria W. Neves.

issn: 1808-799X

ano 7 - número 8 - 2009

Econômico			
Problemas	4	21	19
Sociais			
Emprego	3	1	6
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>39</b>	<b>50</b>

Fonte – jornal Folha de São Paulo (1999-2006)

Como o levantamento empírico indica<sup>17</sup>, apesar da manutenção do predomínio da inserção da educação no discurso do empresariado industrial na lógica do crescimento econômico, há um sensível crescimento do número de artigos inseridos na questão do emprego e sobretudo dos problemas sociais, onde reside uma determinada abordagem sobre a educação. Porém, o aspecto que mais chama atenção com respeito à inserção da discussão referente ao papel da educação no discurso dos representantes do setor industrial, reside no fato descrito nesses números:

**Quadro IV – Quantidade de artigos em que aparece a educação em comparação com o total de artigos do setor industrial inseridos nas três categorias estruturantes da pesquisa**

<b>Temas</b>	<b>Número Total de Artigos</b>	<b>Artigos em que aparece a educação</b>
Crescimento Econômico	100	43
Problemas Sociais	40	40
Emprego	9	7
<b>Total</b>	<b>148</b>	<b>89</b>

Fonte – jornal Folha de São Paulo (1999-2006)

Enquanto o enfoque da educação aparece em menos da metade dos artigos cuja temática passa pela questão do crescimento econômico, por outro lado, surge na maioria dos textos onde prevalece o debate referente ao emprego e na totalidade

<sup>17</sup> Sempre que necessário será estabelecido uma relação entre as análises e os dados que constam nos artigos publicados no período do primeiro governo FHC, presentes na pesquisa realizada no mestrado com os elementos empíricos da pesquisa atual.

dos textos abordando os problemas sociais. O que indica a configuração de um processo no qual a inserção da educação como fator imprescindível para a construção de uma nova sociabilidade, passa a ter um papel tão relevante na estruturação do discurso educacional do setor industrial, chegando a ameaçar o predomínio da lógica do crescimento econômico na subsunção da educação escolar no discurso do empresariado industrial.

Para facilitar a compreensão do leitor sobre a modificação descrita acima e sobre a visão de educação e as demandas e propostas do setor industrial difundidas nos artigos da Folha, a exposição que se segue será dividida em três partes.

## **a) Educação e Emprego**

Nos nove artigos dos representantes do setor industrial em que a temática dominante encerra em si a questão do emprego<sup>18</sup>, a discussão tem seu foco, de uma forma ou de outra, nas propostas para operar a maior oferta de vagas no trabalho da sociedade brasileira e na concepção das condições para o indivíduo conseguir disputar uma vaga no acirrado mercado de trabalho. Na maioria desses artigos, há o predomínio de um discurso concebendo a resolução do problema do emprego, através de uma política econômica que preze pelo desenvolvimento do setor produtivo, pela implantação das reformas estruturais e pelas condições concretas para o indivíduo obter uma vaga no mercado de trabalho, como consta nesse pronunciamento de Paulo Skaf, presidente da Fiesp:

[...] o governo precisa implementar políticas públicas mais eficazes na direção da distribuição de renda. Isso não significa apenas e tão-somente programas sociais como o Fome Zero ou convocar a sociedade para engrossar a bem-vinda corrente do terceiro setor; significa, também e sobretudo, multiplicar oportunidades, ou seja, mais e melhor educação, saúde, habitação e criação de empregos em escala mais ampla e ininterrupta.

---

<sup>18</sup> Esse é o número total de artigos em que a abordagem sobre o emprego é a temática central do texto ou um dos principais temas debatidos. Como os representantes do setor industrial citam constantemente a relação entre o setor produtivo e a formação de novas vagas no mercado de trabalho, para legitimar suas demandas, a questão do emprego aparece num número de textos bem acima desse que consta no quadro, mas não como temática dominante, ou relevante, na discussão que se estabelece.



[...]Por mais importantes e necessários que sejam a filantropia e os programas sociais, nada é mais eficaz e digno do que emprego e renda para a inclusão na cidadania plena<sup>19</sup>.

Nessa discussão, os representantes do setor industrial delegam, em 7 desses 9 artigos, um papel preponderante a educação nas suas teses visando a solução dos problemas relacionados a questão do emprego. Porém, mais do que isso, a inserção da educação na equalização desse problema, engendra toda uma concepção de mundo, onde os setores do empresariado industrial buscam o convencimento sobre as relações sociais que marcam a nova sociabilidade, tendo como centralidade o papel do trabalhador e do empresário.

Nos artigos do setor industrial onde há uma abordagem de educação como fator substancial no debate em relação ao emprego, há como princípio determinante o pressuposto de que as modificações nos processos produtivos, as novas questões nas empresas e a concorrência inter-capitalista promovida pela globalização, engendram a necessidade de formação de um trabalhador de novo tipo com os atributos exigidos pelo mercado, para que possa concorrer a uma vaga no mercado de trabalho:

A globalização trouxe uma nova ordem ao mundo do trabalho. Funções e mesmo profissões inteiras desaparecem, engolidas pelas novas tecnologias. Novos patamares de aprendizado, educação e especialização são exigidos. Expectativas sempre crescentes do mercado de trabalho levam o profissional da virada de século a buscar novos paradigmas de competência<sup>20</sup>.

Essa questão dos “novos paradigmas de competência” que “permite” ao individuo responder as novas exigências do mercado e, assim, obter seu emprego, leva ao outro princípio determinante nesse discurso do empresariado industrial: a importância da educação como elemento social e produtivo, essencial com relação ao emprego, tendo a função de prestar uma formação que capacite o indivíduo no

---

<sup>19</sup> SKAF, Paulo. O destino dos brasileiros. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 09 jan. 01, Tendências e Debates, Caderno Brasil, p.2

<sup>20</sup> BERTELLI, Luiz Gonzaga. Jovens profissionais para o mundo em crise. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 27 jan. 99, Opinião Econômica, Caderno Dinheiro, p.2

âmbito dos conhecimentos e competências exigidas pelo mercado, ou seja, uma educação escolar que se pautar pela empregabilidade, tendo por princípio a relação trabalho e educação, sob a lógica do capital.

Essa busca da tentativa de criar um consenso ativo referente à empregabilidade, como um vetor central no trabalho presente na educação escolar, não é nenhuma novidade no há tempos vem sendo um tema usual no discurso empresarial. Contudo, os elementos empíricos levantados na pesquisa atual, também estão apontando uma mudança substancial nessa abordagem, que além de reforçar a tese da empregabilidade, incorpora novos elementos como a busca do convencimento em relação a constituição de um novo trabalhador e um novo empresário, revertendo em novas formas de se atuar sobre o (des)emprego.

Na condução dessa nova abordagem, se destaca os artigos de Oded Grajew, de Norberto Odebrecht e, de sobremaneira, Emílio Odebrecht, por formalizar uma conjunção mais substancial entre empregabilidade, novas formas de sociabilidade difundidas pelo capital e as demandas do setor produtivo.

Defensor das reformas, de uma política de diminuição das altas taxas de juros e, principalmente, da implantação de políticas públicas para incentivar a atuação das empresas brasileiras no mercado externo, Emílio Odebrecht publica dois artigos onde há uma síntese do seu pensamento e das características da nova sociabilidade presente no projeto da burguesia, focado na concepção do novo trabalhador, do novo empresário e dos princípios que devem reger a ascensão do indivíduo na sociedade. Num desses textos, onde começa decretando “que temos e teremos no futuro são oportunidades de trabalho e de geração de renda, porque a era do emprego, de fato, acabou<sup>21</sup>”, defende que na era do conhecimento o empreendedorismo é o princípio ordenador por onde aquele que sonha em alcançar uma vaga no disputadíssimo quadro de ofertas de trabalho, deve-se pautar:

Assim, se a era do emprego acabou, a era do empreendedorismo chegou para ficar, porque estão criadas as bases para o florescimento de um ciclo histórico em que deve prevalecer a consciência da oferta -os saberes e fazeres de cada

---

<sup>21</sup> ODEBRECHT, Emílio. A era do empreendedorismo. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 10 ago. 05, Opinião Econômica, Caderno Dinheiro, p.2

indivíduo servindo a quem deles precisa- sobre a visão da demanda, que é a espera passiva pelo surgimento das vagas no mercado de trabalho<sup>22</sup>.

Ao decretar a era do empreendedorismo, Odebrecht sustenta que as relações formais de trabalho continuaram a subsistir em algumas empresas, inclusive no ramo industrial. Mas, aponta o industrial, será cada vez mais requisitado o trabalhador que tenha determinadas competências, obtidas através de um processo educacional efetivo. Competências onde se privilegie a capacidade de inovação, formação de novas idéias, conhecimentos específicos para os negócios, inspiração, capacidade de superação, intuição e, sobretudo: “que tenha visão do futuro e do todo e que aprenda, disciplinadamente, a ver antes e ver longe<sup>23</sup>”. Seria a formação de um indivíduo preparado para as exigências que as novas realidades econômicas, pautado pelo avanço da sociedade do conhecimento no mundo da produção, passa a conceber como fatores imprescindíveis para a competição no mundo do trabalho. Uma nova realidade econômica, que se exige um novo trabalhador porque também demanda uma nova gestão da empresa, onde os princípios produtivos baseiam-se em novos paradigmas:

Ao lado do conhecimento e da informação começa o predomínio, inclusive para os empreendimentos industriais, do conceito de prestação de serviços -essa modalidade de tarefa empresarial que promove interação com o cliente, valorização da cadeia produtiva do setor, agregação de valor, parceria na busca de resultados, sonhos comuns. O fabricante que se mantiver, conservadoramente, vendendo apenas produtos a meros consumidores, sem agregar serviço, corre o risco de ficar pelo caminho.

O que temos, pela frente, portanto, é um ambiente de oportunidades e desafios, no qual a sobrevivência do empreendedor será sempre fruto de sua capacidade de coordenar ações, integrar resultados, educar pessoas e de imprimir sua marca ao tempo e aos acontecimentos, extraindo das circunstâncias as forças que precisa para fazer-se senhor do próprio destino<sup>24</sup>.

Noutro artigo<sup>25</sup>, tendo como foco a preparação educacional dos jovens, Odebrecht, retornando aos princípios formulados no texto anterior, defende que os futuros trabalhadores têm que ser educados com a premissa de que na nova

---

<sup>22</sup> Id. p.2

<sup>23</sup> Id.p.2

<sup>24</sup> Id. p.2

<sup>25</sup> Id. Educação e trabalho. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 16 mar. 06, Tendências e Debates, Caderno Brasil, p.2

economia, o emprego e o salário são partes de um passado da humanidade e que cada jovem tem que ter a concepção de que somente alcançará o sucesso quem for “empresário de si”. Somente aquele que tiver o espírito empreendedor, somada as competências de saber trabalhar em equipe, visualizar o futuro, comunicar, educar-se constantemente, criar e inovar, terá o espaço no mercado de trabalho, cada vez mais tomado pelas empresas onde avançam as relações de trabalho assentadas na remuneração do trabalhador baseado no seu próprio desempenho na firma, na prestação de serviços e na oferta de novas oportunidades para os mais competentes. Portanto, além de reforçar os aspectos cognitivos e as competências que o setor industrial há muito vem buscando legitimar com um fato imperativo para o trabalhador conseguir uma vaga no mercado de trabalho, a proposta induz a formação de um novo cidadão produtivo que irá colocar o coração e mente, e o restante do corpo, a serviço do capital, como também trabalha a conformação de um novo tipo de empresário que tenha uma nova visão na gestão de sua empresa, onde se: “desloca a ênfase das frias relações de negócios para as interfaces entre pessoas<sup>26</sup>”.

No âmbito desse projeto, Odebrecht formula uma severa crítica com relação aos princípios pedagógicos que regem o sistema educacional brasileiro, denunciando que esses estão ultrapassados e longe da formação ideal que deve ordenar o trabalho com os jovens nas escolas:

*Preparar esse jovem para que se converta em empresário de seu próprio destino é função que a família inicia e a escola complementa.*

*[...] Infelizmente, a educação escolar ainda é consumida numa perspectiva imediatista, sem um olhar alongado para o futuro, e tem privilegiado práticas incompatíveis com as exigências de um mundo em constante mudança. A idéia do emprego é um dos anacronismos que persistem [...].*

As escolas -desde o ensino médio (passando pelos cursos profissionalizantes) até a universidade- precisam oferecer aos jovens a base que lhes permita transformar cada instante da vida profissional em uma oportunidade de aprendizado, de participação e de autodesenvolvimento, que é uma *condição para o crescimento individual e o conseqüente crescimento das empresas às quais servem*. A educação é, essencialmente, um processo de comunicação visando uma influência construtiva sobre o outro. Nesse sentido, as instituições educacionais podem formar indivíduos *críticos, capazes de conferir riqueza, inovação e versatilidade às*

---

<sup>26</sup> Id. p.2

*organizações que os atraiam enquanto concretizam os planos de vida e carreira que formularam para si próprios.*

Agindo assim, a escola atuará como agente de emancipação pessoal, estimuladora da autonomia produtiva e vetor de uma nova consciência que refuta o tradicional conceito de emprego, altera o padrão de dependência do *trabalhador perante o mercado e transcende as visões estreitas que preferem realimentar a dicotomia entre o capital e o trabalho*<sup>27</sup>. (grifos nossos)

Dessa forma, através da busca da tentativa de difundir no tecido social uma nova ação pedagógica na educação escolar, voltada para as novas exigências do mercado de trabalho, temos o novo consubstanciado o velho, no sentido de que essa nova postura serve para reforçar a inserção da educação nos interesses de classe empresarial, através de uma lógica escolar pautada na nova relação trabalho e educação sob os determinantes delineados pelo capital, ao mesmo tempo em que sedimenta as bases da nova sociabilidade<sup>28</sup>.

## **b) Educação e Problemas Sociais**

Como já foi destacado, os dados empíricos indicam um crescimento considerável no número de artigos dos representantes do setor industrial abordando os problemas sociais no Brasil, ocorrendo em relação ao período do primeiro governo FHC, um aumento percentual de 533%, passando de 4 artigos para um total de 41 textos, sendo 22 publicados no segundo governo tucano e 19 no primeiro governo Lula.

---

<sup>27</sup> Id. p.2

<sup>28</sup> Essa nova sociabilidade surge no processo de conformar uma ação social na classe trabalhadora, na classe dirigente e na classe burguesa que de sustentação as novas necessidades no mundo do trabalho, sob égide burguesa, calcada da formação de um novo trabalhador, de um novo empresário e de uma nova ética no tratamento das questões sociais, no qual se tem como princípio o voluntariado, a responsabilidade social da empresa, a cidadania empresarial e a relação orgânica entre Estado, setor privado e setor privado sem fins lucrativos no embate da questão social. Seria um processo inserido na nova pedagogia da hegemonia que Lúcia Neves defende como um dos principais aspectos do novo bloco histórico que se estabelece a nível mundial e no Brasil, que em linhas gerais podemos citar que busca: reduzir os interesses da população a fatores individuais, desmantelamento ou refuncionalização dos aparelhos privados de hegemonia da classe trabalhadora, estímulo estatal as ações dos setores do empresariado e do terceiro setor sem fins lucrativos no combate a questão social, sendo que pautado por princípios inseridos na lógica burguesa. Ver: NEVES, 2005.

No conjunto de autoria desses artigos, ao contrário dos outros textos referentes ao emprego e, principalmente, ao crescimento econômico, há o predomínio de representantes do setor industrial que não pertencem aos quadros dirigentes de nenhum dos órgãos representativos do setor patronal, produzindo 25 artigos, enquanto os representantes da Fiesp escrevem 13 textos sobre essa temática. Contudo esse fato em nada desqualifica o discurso presente nos artigos dos representantes do setor industrial, uma vez que as análises e as propostas contidas, tanto nos artigos dos representantes da Fiesp, quanto nos textos dos representantes dos industriais que não estão inseridos nos quadros dirigentes dos órgãos representativos de classe do setor industrial, são similares, ocorrendo algumas diferenças em um ou outro aspecto<sup>29</sup>.

Na discussão referente às questões dos problemas sociais, nos artigos dos representantes do setor industrial, aparecem as mais diferentes mazelas do setor social como a concentração de renda, pobreza, miséria, fome, violência social, péssimas condições de vida, delinqüência juvenil e outros. É importante observar que em todos estes artigos, como já foi citado, a educação é apontada como instrumento social mais eficaz, para acabar com esses problemas. Este fato mantém a mesma conduta presente nos artigos dos representantes do setor empresarial durante o primeiro governo FHC, como foi constatado na pesquisa de mestrado que cobriu esse período.

Entretanto, apesar de manter esta relação entre educação e a solução dos problemas sociais, há na pesquisa desenvolvida até o momento, dados e elementos empíricos que apontam para o fortalecimento de uma proposta, naquela etapa ainda embrionária, da ativa participação do terceiro setor, de ONGs e, notadamente, do empresariado de forma direta, na luta pelas modificações das precárias condições sociais que ceifam a sociedade brasileira. Para se ter uma idéia desse processo, nos 40 artigos sobre os problemas sociais, em 24 deles a questão da participação do

---

<sup>29</sup> Além disso, esse quadro de representantes do setor industrial que não estão sendo citados como membros da diretoria órgãos representativos do setor patronal, é formado por industriais que possuem estreita relação ideológica e participam de projetos e propostas encaminhadas, tanto pela CNI como da Fiesp.

empresariado é citada como um fator primordial para se efetivar ações concretas para a solução dos problemas sociais, através de parcerias com o poder público ou por meio da responsabilidade social. Por sinal, esse discurso é extremamente orgânico, uma vez que busca o convencimento sobre essa proposta, não apenas entre membros da sociedade civil e do aparelho do Estado, mas também entre o próprio empresariado.

Nesse processo, Viviane Senna se destaca como uma das principais intelectuais orgânicas do setor industrial na abordagem da questão social, sob a lógica do capital, defendendo a idéia do crescimento econômico com responsabilidade social, afirmando que não se pode mais pensar em desenvolvimento econômico apartado do desenvolvimento social. Com esse discurso, Viviane Senna busca legitimar uma “nova ética” no tratamento da questão social, apontando que, apesar da importância da participação de toda sociedade, o papel central na luta pela melhoria das condições sociais do povo brasileiro cabe, essencialmente, a co-responsabilidade de três segmentos da vida pública nacional: “[...] o primeiro setor, público com fins públicos que é o governo; o segundo setor, privado com fins privados, que é o universo empresarial; e o terceiro setor, privado com fins públicos, construído por organizações sem fins lucrativos<sup>30</sup>”. Esses três segmentos têm um papel vital na implementação de ações socioeducativas para equalizar a questão social, tendo como elemento norteador a “preparação para a cidadania e para o mundo do trabalho<sup>31</sup>”.

Num dos seus artigos, afirmando que o Brasil está longe de um mínimo de equilíbrio entre transformação produtiva e equidade social, Viviane Senna diz que:

[...] De fato, em 500 anos de história, acumulamos um passivo social cujo resgate só poderá ser empreendido *pela convergência e complementaridade de esforços das políticas públicas, do mundo empresarial e das organizações sem fins lucrativos, que integram o chamado terceiro setor.*

Diante desse quadro, impõe-se, de forma inarredável e urgente, a adoção de *uma ética de co-responsabilidade entre os três grandes setores da vida nacional. Cumpre ao Estado não abrir mão de seus fins universais e se empenhar na*

<sup>30</sup> SENNA, Viviane. Indignação positiva. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 14 mar. 20, Tendências e Debates, Caderno Brasil, p.2

<sup>31</sup> Id. p.2

issn: 1808-799X

ano 7 - número 8 - 2009

*construção de políticas públicas efetivamente redistributivas e autopromotoras. Ao mundo empresarial, cabe identificar aspectos relevantes do desenvolvimento social brasileiro e atuar de forma complementar ao poder público, no sentido do aumento e da melhoria das ações no foco eleito.*

*Por fim, às organizações do terceiro setor cabe, com sua sensibilidade, espírito de luta e criatividade pessoal, institucional e comunitária, contribuir para a expansão dos limites do possível, através da produção de idéias e iniciativas que se mostrem capazes de promover a alteração das ações do governo e das empresas, no que diz respeito ao bem comum.*

*Essa nova ótica e essa nova ética precisam ser instaladas na consciência social do nosso tempo.[...] <sup>32</sup> (grifos nossos)*

Assim, cabe ao terceiro setor, como no caso do Instituto Ayrton Senna, um papel determinante na relação descrita acima, uma vez que *vai contribuir através de idéias e iniciativas que se mostrem capazes de promover a alteração das ações do governo e das empresas*, ou seja, um papel influente na direção moral e intelectual das ações feitas pelo governo. Uma direção, que na prática procura ampliar os espaços para ação direta do setor empresarial na condução de políticas públicas e de outras propostas do setor industrial no aparelho de Estado. Além de reforçar, no tecido social, a lógica que preside a nova sociabilidade defendida pelos representantes do capital, assentada na substituição de políticas públicas universais por ações pontuais, com ampla participação do empresário e de outros agentes sociais que comungam desse mesmo princípio.

Contudo, apesar da ênfase social, essa proposta de atuação sobre os problemas sócias, calcada na implantação de processos educacionais através da atuação do empresariado, do terceiro setor e das ONGs, não pode ser apartada da visão economicista, do modelo de crescimento econômico e da sociabilidade presente no projeto dessa fração do empresariado brasileiro. No artigo de Jorge Gerdau Johannpeter, onde esse industrial apresenta os objetivos do movimento Compromisso de Todos pela Educação, por exemplo, há a tentativa de convencimento sobre a conjugação Estado, iniciativa privada e terceiro setor no combate a questão social, deixando claro que a relação entre a eficácia de uma

---

<sup>32</sup> Id. Desenvolvimento humano. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 25 ago. 02, Tendências e Debates, Caderno Brasil, p.2



ação social calcada na educação traz dividendos produtivos para as empresas ao mesmo tempo em que mantém a coesão social:

APROXIMADAMENTE seis anos. Esse é o tempo médio de escolaridade dos brasileiros, o que demonstra a grande fragilidade do país na construção de um futuro com menores desigualdades sociais. Por isso,  *muitas empresas chegam a investir, por ano, até cem horas na capacitação de seus funcionários, o que significa mais de duas semanas inteiras. O retorno é concreto: pessoas com desempenho superior são mais produtivas, mais felizes e inovam em processos e produtos, o que se traduz em melhores resultados para as empresas. Mas, quando se trata de analisar a atuação cidadã da elite empresarial, política, acadêmica e sindical, os resultados ainda não são satisfatórios. Falta indignação por parte da elite. Ela tem a obrigação de construir um país melhor e mais organizado institucionalmente, com menos corrupção e mais capital social, possibilitando a construção da igualdade de oportunidades por meio da educação. Para isso, é preciso formar um forte capital social e reforçar a capacidade competitiva e inovadora do país. O capital social ajuda a manter a coesão social, o que resulta em uma sociedade mais aberta e democrática. Reflete o grau de confiança entre os atores da sociedade e sua capacidade de estabelecer relações de cooperação em torno de interesses comuns. As comunidades não se tornaram cívicas por serem ricas. A história mostra o oposto: enriqueceram por serem cívicas. A construção do capital social, da competitividade e da inovação em uma nação somente se efetiva quando fundamentada em processos de excelência na gestão pública e privada. [...] O país não cresce significativamente, entre outros fatores, porque não tem uma população com educação de qualidade. É preciso que a sociedade compartilhe cada vez mais as responsabilidades. Mais importante do que a doação de recursos é a transferência de tecnologias de gestão presentes nas empresas, que permitem fazer mais com menos, de forma mais eficiente, tornando as instituições auto-sustentáveis. Afinal, o futuro do Brasil está na produtividade de toda a sociedade - não basta que apenas as empresas sejam produtivas. (grifos nossos)*

Segundo Gerdau o desenvolvimento econômico e a solução das desigualdades sociais ao estabelecimento de uma educação voltada para as demandas das empresas, ao mesmo tempo em que reforça a lógica empresarial de gestão como princípio na condução das políticas públicas sociais. Em resumo, reforça o processo de convencimento a respeito de uma nova sociabilidade, sob a lógica das relações capitalistas, como único vetor para se obter a coesão social e o caminho para o indivíduo fruir os benefícios do crescimento econômico.

Noutro artigo, partindo do princípio de que o Estado não tem mais condições de arcar sozinho com a resolução do problema social que afeta milhões de brasileiros, em virtude da ineficiência da gestão pública e da falta de recursos, Gerdau volta a reafirmar a questão da participação do empresariado na resolução dos problemas sociais, através da responsabilidade social das empresas. Nesse texto, pontuando o

voluntariado como um dos fatores a serem incentivados na sociedade, esse industrial utiliza uma estratégia de convencimento onde encontramos a construção de uma sociabilidade assentada nos valores sociais que o discurso empresarial tenda difundir como base para as relações sociais:

Nas empresas, existem diferentes tipos de atuação na área de responsabilidade social. Algumas são meras doadoras de recursos e ignoram a eficiência de seus investimentos; outras são financiadoras -dão o dinheiro e fiscalizam sua aplicação; finalmente, outras têm atitudes empreendedoras, ao participar da construção de melhores entidades sociais por meio da sua atividade voluntária e a de seus funcionários.

A decisão das empresas de assumir atitude empreendedora resulta da mobilização de sua principal liderança, movida por convicções espirituais, emocionais ou materiais. Independentemente dos motivos, *a atividade voluntária do setor privado significa enorme ganho para a sociedade devido à transferência de suas práticas de gestão, determinantes para o sucesso de qualquer empreendimento. O voluntariado permite obter melhor eficiência econômica e aprimorar o comportamento humano.* Faz com que as instituições sociais se tornem capazes de administrar melhor suas atividades e de mobilizar a comunidade para as suas causas com mais eficiência<sup>33</sup>. (grifos nossos)

Oded Gravew é outra importante referência na construção do discurso do setor empresarial referente a subsunção da educação na resolução dos problemas sociais do país e a conjunção desse fator com o processo da nova sociabilidade pregada pelo setor do capital. Conhecido pela defesa da atuação direta do empresariado na luta pelas melhorias dos problemas sociais do país, através de ações e parcerias com órgãos governamentais, sob a lógica da responsabilidade social das empresas e da cidadania empresarial, esse intelectual orgânico foi responsável por 18 dos 41 artigos dos representantes do setor industrial onde temos a temática dos problemas sociais. Contudo, mesmo detendo essa importância, as reflexões demonstradas sobre a relação entre educação e a resolução dos problemas sócias contidas nos artigos dos representantes do setor industrial, foram estabelecidas sem expor o discurso desse intelectual orgânico dessa fração do empresariado brasileiro. Essa opção metodológica, foi definida em virtude de que as

---

<sup>33</sup> Id. Solidariedade e democracia. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 10 dez. 06, Tendências e Debates, Caderno Brasil, p.2

suas ponderações e reflexões poderiam ser interpretadas, como as teses de um grupo de industriais que não reflete a posição de setores influentes desse setor do empresariado, em função da sua ligação com o PT, sua participação no governo Lula e seu envolvimento em alguns movimentos sociais, chegando a ser um dos idealizadores do Fórum Social Mundial, além de algumas de suas posturas assumidas publicamente<sup>34</sup>. Mas, pelo que foi mostrado sobre o pensamento difundido pelos outros intelectuais orgânicos do setor industrial citados, há uma similaridade em seu discurso, apesar de algumas divergências, com o conjunto de análises e propostas presentes nos artigos dos representantes do setor industrial, com relação ao embate frente a questão social e a subsunção da educação nesse processo.

Nesse contexto, cabe realçar que nos artigos de Grajew há todo um conjunto de argumentos e análises utilizados para legitimar suas teses, que reforçam o convencimento sobre o projeto do setor industrial e o movimento para estabelecer uma agenda pública pautada por questões que venham ao encontro de outras demandas dessa fração de classe. Entre essas questões, sempre defendendo como pontos essenciais para o desenvolvimento do país, destaca a requisição de uma educação voltada para as novas exigências no mundo do trabalho, a crítica a falta de uma política industrial durante o governo FHC e a defesa da implantação das reformas previdenciária, trabalhista e tributária, como também a adoção de uma gestão mais eficiente por parte do Estado baseado nos moldes de atuação da empresa privada. Somado a isso, o discurso de Grajew defende a presença do empresariado dentro do aparelho de Estado, quer seja tomando decisões ou influenciando as ações nas políticas públicas, através dos chamados Conselhos,

---

<sup>34</sup> Apenas para ilustrar, basta citar que Grajew defendeu propostas não foram abraçadas pela maioria dos industriais, e do empresariado de maneira geral, como: apoio ao plebiscito da CNBB em relação à dívida externa em GRAJEU, Oded. Converter a dívida externa em programas sociais. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 29 set. 20, Tendências e Debates, Caderno Brasil, p.2; apoio a candidatura Lula em Id. Lula Candidato. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 10 dez. 07 jun. 01 Tendências e Debates, Caderno Brasil, p.2

como no caso do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, ou em parcerias com os governos federal, estadual e municipal.

Para terminar essa parte, cabe frisar que os elementos empíricos trabalhados até o momento, apontam para a configuração de um deslocamento da abordagem da temática da subsunção da educação no discurso dos representantes do setor industrial, movimentada pela busca da construção de um consenso favorável a nova sociabilidade defendida pelo capital, passando a ocupar, passando a questão dos problemas sociais a ocupar, no mínimo, um lugar de destaque tão importante como a relação entre a educação e os fatores estritamente econômicos. Tanto que enquanto no período do primeiro governo FHC, a condução do debate sobre os problemas sociais, na sua interseção com a educação, coube quase que exclusivamente a Oded Grajew, escrevendo 3 dos 4 artigos sobre essa temática, a pesquisa atual tem detectado, não apenas o salto quantitativo de artigos, com 21 textos no segundo governo FHC e 19 no governo LULA, como também ampliação da participação de outros importantes representantes do setor industrial nesse debate.

### **c) Educação e o Crescimento Econômico.**

Mesmo com a configuração do processo descrito na parte anterior, seria um erro teórico e metodológico interpretar os dados e as reflexões presentes nos artigos inseridos na categoria problemas sociais, como uma diminuição da importância da educação como instrumento para a valorização de um projeto de crescimento econômico, por parte do setor industrial. Pelo contrário, os procedimentos empíricos efetivados com as fontes confirmam a inserção da educação na lógica do crescimento econômico preconizado pelos representantes do setor industrial.

Como nos artigos estudados no período do primeiro governo FHC, a educação é subsumida à lógica produtivista do capital, tendo como objetivo premente fornecer às condições ideais para as empresas terem uma postura mais competitiva na acirrada disputa inter-capitalista, marcada pela globalização da

economia e a introdução dos avanços tecnológicos e científicos. Mas, mesmo mantendo essa diretriz, o trabalho empírico indicou um deslocamento no objetivo concreto do trabalho efetivo da educação, no âmbito do crescimento econômico, em relação ao defendido nos artigos publicados na época do primeiro governo tucano. Enquanto nesses impera um investimento na educação para produzir o capital humano, com os atributos necessários para o trabalharem com o maquinário e às novas condições de trabalho que estavam sendo incorporadas no processo produtivo, nos artigos agora pesquisados essa relevância passa a ser ocupada pela questão da importância delegada a produção e incorporação da inovação tecnológica nas empresas. Para ilustrar essa constatação, cabe destacar que dos 43 artigos inseridos na categoria crescimento econômico, a questão educacional aparece sendo relacionada como fator essencial para o desenvolvimento econômico do país ou das empresas, de cinco formas diferentes: em 7 artigos, como processo imprescindível para o desenvolvimento econômico mas sem especificação do seu papel; em 3 artigos, como elemento para justificar uma maior gestão dos gastos públicos; em 3 artigos, como produtora de capital humano centrada na formação de mão-de-obra qualificada; em 3 artigos, como produtora do capital humano e da inovação tecnológica; e em 27 artigos, para a produção da inovação tecnológica vital para as empresas e o país.

Como se observa, a visão da educação como produtora do capital humano, centrada na preparação dos indivíduos com a capacidade cognitiva e as competências necessárias para exercer suas funções no processo produtivo, ainda mantém, de uma forma ou de outra, o seu significado no escopo do discurso do setor industrial referente ao trabalho nas salas de aula:

É inquestionável, em decorrência, do entendimento que o esforço de integração da escola com a empresa situa-se na raiz do desenvolvimento sustentável nacional, a partir da premissa maior de que o desenvolvimento dos povos não acontece como um acidente, fortuito ou como subproduto dos recursos naturais<sup>35</sup>.

---

<sup>35</sup> BERTELLI, Luiz Gonzaga. Integração: saber e fazer. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 26 dez. 02, Opinião Econômica, Caderno Dinheiro, p.2

issn: 1808-799X

ano 7 - número 8 - 2009

Contudo, como já foi citado, é na questão da inovação tecnológica que o discurso do setor industrial irá centralizar a sua lógica sob a educação no debate referente ao crescimento econômico, como indica esse pronunciamento do presidente da CNI, Armando Monteiro Neto, num artigo que dirige ao governo Lula, logo após a reeleição do ex-líder metalúrgico ao cargo máximo do país:

A inovação é outra questão crucial para o aumento da competitividade e deve ser trabalhada pelo governo que se inicia em 2007. As inovações tecnológicas reduzem o custo dos produtos, aumentam a oferta de bens e serviços e a competitividade das empresas. Na mesma linha, o Brasil terá de investir em educação, base da produtividade. Precisamos *de pessoal qualificado, capaz de encontrar soluções e idéias para melhorar a produção*<sup>36</sup>. (grifos nossos)

No projeto de desenvolvimento preconizado pela CNI, a inovação tecnológica detém um papel vital para as empresas, pois permite uma atuação mais competitiva no mundo globalizado, cabendo à educação um papel igualmente importante nesse processo, uma vez que terá a função de produzir os indivíduos para “encontrar as soluções e idéias para melhorar a produção”, ou seja, essas inovações. Nesse projeto, a leitura dos artigos demonstra que na visão dos membros da CNI e de outros representantes do setor industrial, o Estado também teria um papel central na configuração de uma realidade pautada pelo desenvolvimento e aplicação da inovação tecnológica nas empresas. Para esses setores do empresariado industrial, o Estado deve pôr em prática um conjunto de medidas visando a expansão da implementação das inovações tecnológicas pelas empresas, através de uma política de financiamento e de incentivos fiscais, acompanhada da adoção de políticas educacionais que facilitem a relação entre as universidades e as empresas, centrada nas demandas do mercado.

Em relação a esse último aspecto, mais ligado ao debate educacional presente nessa parte do texto, o trabalho empírico também mostrou uma ação concreta dos representantes do setor industrial em criar um consenso ativo referente

---

<sup>36</sup> NETO, Armando Monteiro. Reformar para crescer. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 30 out. 06, Tendências e Debates, Caderno Brasil, p.2

à importância da articulação entre as universidades e as empresas privadas, como um fator preponderante para o futuro do país. Para se ter uma idéia desse movimento, dos 27 artigos no qual aparece a relação entre a inovação tecnológica e a educação, em 21 desses textos há uma abordagem sobre o papel das universidades nesse processo. Com maior ou menor profundidade, vigora nesses artigos uma estratégia de convencimento sobre a necessidade de se estabelecer, sob a lógica do capital, uma relação orgânica entre as universidades e as empresas, impulsionando as salas de aula, aos laboratórios e as pesquisas do ensino superior e da pós-graduação, um papel fundamental para diminuição dos custos de produção, onde a função da primeira seria produzir uma tecnologia barata e de qualidade ou agregar valor às mercadorias brasileiras. Tudo isso sendo legitimado como um movimento que traria frutos para as empresas, os trabalhadores, a população e o país como um todo:

Nestes nossos dias, em particular no que concerne ao desenvolvimento da ciência, da técnica e da tecnologia em nosso país, esse é um momento marcante para ciência, a tecnologia e a inovação. É preciso que a expressiva capacidade científica seja orientada para o desenvolvimento tecnológico competitivo em prol da produção da melhor qualidade de vida da população e da redução das desigualdades sociais<sup>37</sup>.

Nessa ação concreta dos representantes em legitimar a união entre a articulação da universidade com as empresas, os representantes do setor empresarial buscam estigmatizar as idéias contrárias a lógica de uma produção científica voltada para as necessidades mercadológicas das empresas. Num artigo de Luiz Bertelli, por exemplo, a relação da universidade com o setor privado é destacada como um aprimoramento para o amadurecimento do setor acadêmico, pois através desse contato o mundo empresarial poderá: “[...]emprestar realismo a universidade, inserindo-a no contexto social, para usarmos a feliz expressão do ex-ministro Roberto Campos (1917-2001), em vez da universidade ‘Torre de Marfim’ [...]”<sup>38</sup>.

---

<sup>37</sup> Ibid. p2.

<sup>38</sup> BERTELLI, 2002, p.2.

No âmbito da relação entre a educação e a inovação tecnológica, presente no pensamento dos representantes do setor industrial, se destaca o papel de Roberto Nicolsky que com 17 artigos centrados na questão da inovação tecnológica, aparece como o intelectual orgânico do setor industrial que mais se dedicou a construção de um consenso ativo sobre a importância desse assunto. Esse economista, no conjunto de seus textos, busca legitimar a importância da incorporação de inovação tecnológica no setor produtivo, a lógica de inserção das universidades nos interesses produtivos das empresas e do papel do Estado nesses processos, com discurso voltado para os mais diferentes setores da sociedade, inclusive para o próprio empresariado. Nesse discurso, coerente com seu objetivo, Roberto Nicolsky faz um vigoroso ataque a dois aspectos conceituais presentes no mundo acadêmico, que na sua visão de constitui em um verdadeiro obstáculo para um maior envolvimento das universidades com as empresas privadas: primeiro, o fato do mundo acadêmico valorizar mais o cientista ou pesquisador pela quantidade de artigos que publica em revistas de renome internacional, do que em inovações tecnológicas que satisfaçam o setor produtivo e o setor social; e segundo, presente na maioria dos seus textos, o equívoco conceitual de colocar a descoberta científica e a inovação tecnológica como sinônimos do mesmo processo:

As descobertas são conhecimento, que é missão das universidades. De um total de 85 mil patentes americanas, em 2000, foram menos de 5%. Em geral, têm uma maturação longa -20, 30 anos e até mais- e exigem pesquisa onerosa e com alto risco de insucesso nas aplicações.

Logo, esse tipo de patente é rara nos países emergentes bem-sucedidos. [...]As patentes que representam a quase totalidade são as inovações tecnológicas, sobre produtos descobertos ou inventados por qualquer país. São aperfeiçoamentos que agregam valor, pois viabilizam a competitividade dos produtos. É poupam aos patenteadores o que é escasso e precioso: tempo, recursos, esforços e risco, tão avidamente consumidos nas descobertas científicas e tecnológicas.

Essas inovações usam conhecimento existente e independem de descobertas, sendo desenvolvidas na própria indústria ou em convênio com universidade ou instituto. Aperfeiçoam produtos, processos ou serviços existentes[...] São, pois, um produto empresarial, atendendo demandas do consumidor, elevando a parcela de mercado e aumentando a lucratividade<sup>39</sup>. (grifos nossos)

Munido desse pressuposto, Roberto Nicolsky centra seu discurso na busca do

---

<sup>39</sup> NICOLSKY, Roberto. Agregação de valor e inovação tecnológica. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 28 ago. 02, Opinião Econômica, Caderno Dinheiro, p.2



convencimento de que a maioria das pesquisas universitárias e dos recursos públicos e privados destinados à pesquisa, num país emergente como o Brasil, devem ser direcionados para a produção de inovação tecnológica e não para as descobertas científicas. Desta forma, sustenta esse economista, se agregaria valor as mercadorias brasileiras, tornando os produtos nacionais mais competitivos no mercado externo, fortalecendo as empresas brasileiras, ao mesmo tempo em que gera um maior desenvolvimento econômico, educacional e social para o país.

Na defesa dessas teses, há em alguns artigos de Roberto Nicosky publicados na época do segundo governo FHC, duras críticas a postura do Estado em não pôr em prática medidas para promover a produção de inovação tecnológica no âmbito nacional, chegando a citar que somente a partir de 2001 que o tema da produção da inovação tecnológica no país, passou a fazer parte do discurso oficial. Em contrapartida, apesar de manter o constante pedido do Estado investir na inovação tecnológica, há nos seus artigos no período do governo Lula, elogios a mudança de mentalidade do governo com relação a esse aspecto, tanto no discurso oficial quanto na adoção de determinadas medidas que sinalizam uma ação concreta do governo nesse sentido. Inclusive, como também atesta Horácio Lafer Piva num dos seus últimos artigos como presidente da Fiesp: “[...] No quadro de sua recém-anunciada política industrial, o governo federal já acentuou a necessidade de encorajar a inovação tecnológica; e a inovação mais competitiva será aquela que puder ser gerada aqui, dentro do país, pelo trabalho de nossos pesquisadores na Embrapa, nas universidades e empresas<sup>40</sup>”.

Com relação à predominância da temática da inovação tecnológica nos artigos referentes ao crescimento econômico, onde há a temática da educação, provavelmente a explicação se situa no âmbito das demandas tecnológicas impostas pela realidade econômica ao setor industrial, advindas da configuração do acirramento das disputas inter-capitalistas e da mudança de mercado de parte do setor industrial, que passa a ocorrer a partir da metade da década de 1980 e se

---

<sup>40</sup> PIVA, Horácio Lafer. O teste da confiança. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 10 jul. 04, Tendências e Debates, Caderno Brasil, p.2

intensifica na década de 1990. Diante desse processo, algumas empresas brasileiras, tendo que reforçar seu espaço no mercado interno e outras mudando seu foco de atuação direcionando seus interesses para o mercado externo, requisitam não apenas de uma mão-de-obra qualificada, mas também inovações tecnológicas que, ao serem produzidas no mercado interno, diminuíssem seus custos, tornando seus produtos mais competitivos e lucrativos. Nesse contexto, podemos ter uma maior compreensão para o deslocamento da centralidade da abordagem dos representantes do setor industrial, com relação ao debate educacional nos seus artigos, passando da produção do capital humano, enquanto mão de obra com os atributos para fazer o uso das novas tecnológicos e das novas formas de trabalho, para o paradigma da inovação tecnológica.

Contudo, apesar dessa importância, esse deslocamento de eixo temático não explica porque os artigos que debatem a educação no âmbito do crescimento econômico, não tiveram um acréscimo no seu número, em termos proporcionais, na mesma intensidade como ocorreu no caso dos artigos onde encontramos o debate sobre o emprego e, notadamente, naqueles onde aparece os problemas sociais. Nem muito menos explica porque a temática do capital humano passou a ser suplantada pela questão da inovação tecnológica, nos artigos onde se estabelece a relação entre educação e crescimento econômico. Para o entendimento desses fatos, duas hipóteses podem ser utilizadas e conjugadas.

Primeiro que a diminuição do grau de envolvimento com os representantes do setor industrial com a temática educacional no âmbito do crescimento econômico, em muito se deve as reformas educacionais neoliberais postas em prática no primeiro governo FHC. Essas reformas, em certo sentido, responderam a muitos dos anseios práticos do setor industrial acerca das demandas deste setor com respeito a implementação de uma educação voltada para questões produtivistas. Somado a isso, consubstanciou-se, nesse período, um consenso ativo, nos mais diferentes setores da sociedade, de que a educação tem que estar ligada aos interesses do mercado, principalmente na formação de indivíduos com as competências e a visão de mundo voltada para os interesses das empresas. Desta forma, no período

coberto pela atual pesquisa, não seria mais necessário atuar com tanta ênfase na defesa da educação voltada para as necessidades econômicas e muito menos para a produção do capital humano, podendo os intelectuais orgânicos se dedicando a outras questões que seriam mais prementes, como a difusão de uma nova sociabilidade defendida pelo capital e na área econômica, a questão da inovação tecnológica. Tanto que no primeiro ano do segundo governo FHC, os dados levantados indicam que somente há 1 artigo inserido no tema crescimento econômico, onde a educação aparece; passando para 4 artigos, em 2000; 5 artigos, em 2001; e 7 artigos, em 2002. Mesmo assim, esse único artigo de 1999 é sobre inovação tecnológica, com esse mesmo tema se repetindo em 3 dos 4 artigos do ano 2000; em 4 dos 5 artigos do ano seguinte; e 4 dos 7 artigos de último ano da Era FHC. Logo, pelos dados apresentados, após o período das reformas educacionais neoliberais, a relação entre educação e a temática do crescimento econômico foi quase deixada de lado, para depois ir crescendo paulatinamente, mas agora centrada numa outra questão: a inovação tecnológica.

Segundo, complementando a hipótese apontada acima, não se pode perder de vista a característica dos artigos utilizados como fontes da atual pesquisa. Esses artigos são espaços privilegiados de convencimento existente no jornal, onde o autor é convidado para expressar sua opinião sobre um determinado fato ou discutir uma determinada questão. São espaços onde os representantes do empresariado tentam transformar em vontade coletiva as análises conjunturais e as medidas que estão de acordo com a concepção de mundo da classe a qual pertence. Mas, ao mesmo tempo, também são instrumentos utilizados para obtenção de um consenso ativo acerca dos interesses singulares e das demandas específicas das frações de classe que representam, principalmente aquelas existentes na época da publicação desses textos. Em outras palavras, o fato de ter ocorrido um aumento substancial no número de artigos versando sobre os problemas sociais e da predileção pela questão da inovação tecnológica, não deve ser visto como se os representantes do setor industrial, tivessem deixado de dar a importância a relação entre educação e crescimento econômico ou, muito menos, tenham perdido a crença na relevância da

produção do capital humano. Apenas, como já tinha ocorrido um avanço sobre essas propostas educacionais, passando a adquirir o *status* de consenso ativo em uma parcela considerável dos mais diferentes seguimentos da sociedade brasileira e estando sendo feitas ações práticas na sua implementação, seja no âmbito federal, estatal ou privado, os representantes do empresariado industrial, nos seus artigos publicados na *Folha de São Paulo*, no período de 1999-2006, passam a trabalhar com questões que eram mais prementes as demandas que o setor industrial estava vivenciando naquele final do século XX e início do século XXI.

Mário Luiz de Souza<sup>41</sup>

## Bibliografia

BERTELLI, Luiz Gonzaga. *Jovens profissionais para o mundo em crise*. Folha de São Paulo. São Paulo, 27 jan. 99, Opinião Econômica, Caderno Dinheiro, p.2

\_\_\_\_\_, . Integração: saber e fazer. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 26 dez. 02, Opinião Econômica, Caderno Dinheiro, p.2

DINIZ, Eli. *Globalização, Reformas Econômicas e Elites Empresariais*. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Vargas, 2000

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. 2º ed Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

\_\_\_\_\_. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. 3º ed, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a Crise do Capitalismo Real*. São Paulo: Cortez Editora, 1996

\_\_\_\_\_,. *Fundamentos Científicos e Técnicos da Relação Trabalho e Educação no Brasil de Hoje*. In LIMA, Júlio C. França e NEVES, Lúcia M. Wanderley. *Fundamentos da educação escolar do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

---

<sup>41</sup> Doutorando da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense e professor de História do CEFET-RJ.

issn: 1808-799X

ano 7 - número 8 - 2009

FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria (org.). *A Formação do Cidadão Produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico*. Brasília: Inep, 2006

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 10º ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1995.

\_\_\_\_\_, Os *Intelectuais e a Organização da Cultura*. 8º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

\_\_\_\_\_,(a). *Cadernos do Cárcere, Vol. 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 20 e 21.

\_\_\_\_\_, (b) . *Cadernos do Cárcere, Vol. 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 9º Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

NETO, Armando Monteiro. Reformar para crescer. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 30 out. 06, Tendências e Debates, Caderno Brasil, p.2

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). *A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégia do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

NICOLSKY, Roberto. Agregação de valor e inovação tecnológica. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 28 ago. 02, Opinião Econômica, Caderno Dinheiro, p.2

ODEBRECHT, Emílio. *A era do empreendedorismo*. Folha de São Paulo. São Paulo, 10 ago. 05, Opinião Econômica, Caderno Dinheiro, p.2

\_\_\_\_\_, *Educação e trabalho*. Folha de São Paulo. São Paulo, 16 mar. 06, Tendências e Debates, Caderno Brasil, p.2

OLIVEIRA, Francisco. *Os direitos do Antivalor*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997

\_\_\_\_\_, À sombra do manifesto comunista: globalização e reforma do estado na América Latina. (In) GENTILI, Pablo. SADER, Emir (Org.) *Pós-neoliberalismo II: que Estado para democracia?* Petrópolis: Vozes, 1999.

PAULANI, Leda. *Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo, 2008.

PIVA, Horácio Lafer. O teste da confiança. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 10 jul. 04, Tendências e Debates, Caderno Brasil, p.2

RODRIGUES, José. *O moderno Príncipe Industrial: o pensamento pedagógico da*

issn: 1808-799X

ano 7 - número 8 - 2009

*Confederação Nacional da Indústria. Campinas. São Paulo: Autores Associados, 1998.*

SENNA, Viviane. *Indignação positiva*. Folha de São Paulo. São Paulo, 14 mar. 20, Tendências e Debates, Caderno Brasil, p.2

\_\_\_\_\_, *Desenvolvimento humano*. Folha de São Paulo. São Paulo, 25 ago. 02, Tendências e Debates, Caderno Brasil, p.2

\_\_\_\_\_, *Solidariedade e democracia*. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 10 dez. 06, Tendências e Debates, Caderno Brasil, p.2

SOUZA, Mário Luiz. *“Imprensa e Hegemonia: como a Folha de São de Paulo trabalhou a reforma educacional do primeiro governo FHC”*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, ano 2002; orientada pela Prof. Dr. Lúcia Maria W. Neves.

SKAF, Paulo. *O destino dos brasileiros*. Folha de São Paulo. São Paulo, 09 jan. 01, Tendências e Debates, Caderno Brasil, p.2